

WE did
murder
MURTAin
DOWN
FUCKO F
you B#stard

Copyright © 1998 Gitta Sereny

Copyright da introdução à edição brochura © 1999 Gitta Sereny

Copyright da tradução © 2019 Editora Vestígio

Publicado originalmente em 1998 em língua inglesa pela Macmillan, um selo da Macmillan Published Ltd.

25 Eccleston Place, Londres SW1W 9NF e Basingstoke.

Título original: *Cries Unheard: Why Children Kill – The Story of Mary Bell*

Todos os direitos reservados pela Editora Vestígio. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

GERENTE EDITORIAL

Arnaud Vin

EDITOR ASSISTENTE

Eduardo Soares

ASSISTENTE EDITORIAL

Pedro Pinheiro

REVISÃO

Mariana Faria

CAPA

Diogo Droschi

DIAGRAMAÇÃO *Larissa Carvalho Mazzoni*

Guilherme Fagundes

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Câmara Brasileira do Livro,
SP, Brasil**

Sereny, Gitta

Por que crianças matam : a história de Mary Bell / Gitta Sereny ; tradução de Erick Ramalho.

-- 1. ed. -- São Paulo : Vestígio, 2019.

Título original: *Cries Unheard: Why Children Kill – The Story of Mary Bell*

ISBN 978-85-54126-22-3

1. Bell, Mary Flora, 1957- 2. Delinquentes juvenis - Inglaterra 3. Homicidas - Inglaterra - Biografia 4. Homicídio juvenil - Inglaterra I. Título.

18-22857 CDD-364.15230942

Índices para catálogo sistemático:

1. Inglaterra : Assassinatos : Criminologia 364.15230942

Maria Paula C. Riyuzo - Bibliotecária - CRB-8/7639

A VESTÍGIO É UMA EDITORA DO GRUPO AUTÊNTICA 

São Paulo

Av. Paulista, 2.073 . Conjunto Nacional Horsa I . 23º andar . Conj. 2310-2312 Cerqueira César . 01311-940 .

São Paulo . SP

Tel.: (55 11) 3034 4468

www.editoravestigio.com.br

Belo Horizonte

Rua Carlos Turner, 420 Silveira . 31140-520

Belo Horizonte . MG

Tel.: (55 31) 3465 4500

Para Lee Hindley Chadwick, o professor que toda criança deveria ter.

“Ao teres meu livro, rogo-te o zelo de lê-lo bem, isto é, d’entendê-lo.”¹

Ben Jonson, Epígrafe a um leitor

¹ *“Pray thee take care, that tak’st my book is hand, to reade it well: that is, to understand.”*

Agradecimentos

Tenho apenas algumas pessoas a agradecer pela ajuda, pois somente alguns poucos sabiam deste projeto.

Antes de tudo, minha gratidão e admiração vão para minha editora, Macmillan, por sua coragem em aceitar fazer este livro controverso do jeito que ele tinha que ser feito. Para Ian Chapman e Peter Straus, pelo constante entusiasmo, e para Clare Alexander, desde o momento em que passou a ser editora-chefe, com sua inteligência brilhante e seu calor humano que tornaram mais leve meu conturbado caminho até o final.

Talvez eu deva agradecê-los, sobretudo, por terem me dado Liz Jobey para a edição de *Por que crianças matam*. Não sei o que elogiar mais: sua compreensão de meus propósitos e princípios; sua infinita boa vontade em me deixar compartilhar meus problemas com ela ou, simplesmente, seu extraordinário talento – obrigada, Liz.

Rachel Calder é minha agente e não sei como expressar minha gratidão a ela, bem como a Marina Cianfanelli, pelo inabalável apoio a qualquer hora do dia ou da noite. Sinto que tenho muita sorte por tê-las ao meu lado.

Tive ainda, ao longo desse difícil período, o aconselhamento e a consultoria de Allan Levy, que sabe mais sobre crianças e leis do que quase todo mundo que conheço; ele também se tornou um amigo.

Acho que posso dizer o mesmo das pessoas cujos nomes não tenho permissão de mencionar: as duas agentes de condicional que falam no livro, que, muito além de supervisionar Mary, deram-lhe calor humano e coragem em alguns de seus momentos mais difíceis; o casal que trabalhava em Red Bank quando Mary esteve lá e que compartilhou comigo tanto do seu conhecimento; a diretora da prisão de segurança máxima, cujo senso de humor e paixão por seres humanos fizeram as horas que estivemos juntas passarem como se

fossem minutos; e, finalmente, “Chammy”, de quem Mary se lembra com amor e a quem agradeço com afeição.

Agradeço a Dan Bar-On e Virginia Wilking por me emprestarem seu conhecimento; ao professor Guy Benoit por generosamente me doar seu tempo; a Angela e Mel Marvin, em Nova York, e a Hannerl e Fritz Molden, em Alpbach, no Tirol, por serem meus queridos amigos. E obrigada, Melani Lewis, que cuidou de nossa casa – não sei se teria conseguido sem você.

Um agradecimento especial, é claro, para o meu filho Chris e sua esposa Elaine por me encorajarem incansavelmente e por seu amor.

Parece-me que, em vez de novamente, em mais um livro, agradecer meu marido, Don, ele e eu podemos nos agradecer mutuamente por ser este o livro que está saindo em nosso 51º ano juntos.

Minha última palavra de agradecimento é para a minha filha Mandy, que, embora vários anos mais nova que Mary, esteve completamente ciente dela desde que escrevi *The Case of Mary Bell* [O caso de Mary Bell]. Agora, com este livro, ela tem me ajudado incomensuravelmente, com sua energia, sua inteligência, sua compreensão pelo que estou tentando fazer e, por último, mas não menos importante, com sua compaixão por Mary.

Introdução à edição brochura

Muitas pessoas que pegam esta nova edição ouviram falar desse livro. Durante duas semanas, antes que *Por que crianças matam* começasse a ser publicado de maneira seriada no *The Times* em maio de 1998, três semanas antes da data de publicação do livro (e, portanto, sem que se tivesse a mínima ideia de seu conteúdo ou de seu propósito), uma explosão sem precedentes de ira dos tabloides foi descarregada durante seis semanas contra a pessoa cuja história este livro conta e, é claro, contra o livro e sua autora.

A essa altura, é claro, tudo isso já mudou: já houve muitas resenhas sérias, inúmeros debates na TV e na rádio, muitas declarações de profissionais em apoio ao propósito do livro, bem como perguntas e respostas na Câmara dos Comuns e na Câmara dos Lordes. Ainda assim, quero ter certeza de que qualquer um que vire esta página saiba desde o começo qual é e sempre foi o meu propósito.

Por que crianças matam é sobre a vida de uma garota inglesa nascida em 1957 que, aos 11 anos, matou dois garotinhos de 4 e 3 anos. Condenada em um Tribunal da Corte por homicídio culposo, a jovem foi sentenciada à prisão perpétua. Quando, em 1996, ela me conta a história de sua infância e adolescência sofridas, ela tem 39 anos. Mary Bell, pois esse é seu nome, é inglesa. Mas ela poderia também ter sido belga, francesa, alemã, norueguesa, sueca, japonesa ou norte-americana – em todos esses países jovens crianças foram machucadas de maneira similar e nos anos recentes, por sua vez, machucaram outros, acredito eu.

De fato, o crime juvenil – roubo, incêndio, agressão armada, estupro, homicídio culposo ou doloso (geralmente cometidos por crianças cada vez mais novas) – aumentou de tal maneira em todo o mundo ocidental que pessoas esclarecidas estão fazendo perguntas duras. Temos alguma ideia, pergunta-se a sociólogos, psicólogos,

advogados, juízes e jornalistas sérios, de por que as crianças estão ficando tão violentas? Elas compreendem as consequências de suas ações? Elas sabem que a morte é irreversível? E em que medida sua exposição ao sexo e à violência na sociedade, em que medida as pessoas imediatamente próximas a elas, como pais ou responsáveis, são culpadas?

Escrevi *Por que crianças matam* como uma busca por essas respostas, baseando minha investigação na vida e nas experiências de uma antiga criança dessas, a qual, com seu consentimento, usei deliberadamente como exemplo e símbolo de várias outras. O relato central aqui, a história como Mary Bell me contou, não tenciona nem de minha parte nem da dela ser a história de seus crimes, mas sim um documento que pode servir como incentivo para todos nós que nos importamos com o bem-estar de crianças para tornar suas vidas melhores. Sejam pais ou jovens pais em potencial, vizinhos, assistentes sociais, professores, juízes e advogados, policiais ou oficiais do governo; se as dolorosas revelações de Mary sobre uma infância sofrida e uma adolescência espantosamente mal administrada em detenção puderem nos persuadir a aprender como detectar a angústia de jovens crianças, por mais oculta que esteja, e ouvir seus gritos por ajuda, por mais fracos que sejam, podemos talvez ser capazes de evitar que crianças cometam delitos, em vez de processá-las erroneamente e puni-las inabilmente quando elas os cometem – algo que ocorre na maior parte do mundo ocidental.

Mary Bell é uma mulher atraente e inteligente; enquanto escrevo este texto, três anos e meio após o início deste projeto, ela está no ápice da meia-idade. Como sua história deixa claro, quando cometeu o terrível ato de matar dois bebês trinta anos atrás, ela estava no limite após anos de abuso e sofrimento praticamente ininterruptos nas mãos da mãe. Isso não é uma desculpa, no meu ponto de vista e no dela. Não há desculpa, mas pode e precisa haver explicações. Para ela, que sempre temeu haver algum defeito fundamental nela que fez com que sua mãe a odiasse, mesmo o relativo *insight* sobre os efeitos de sua infância desastrosa não é uma explicação boa o bastante. Mas é para mim, porque estou convicta de que crianças nascem “boas”, ainda que, assim como aconteceu com Mary em 1968, mais cedo ou mais

tarde, possam ser levadas a esse “limite” em que o bem e o mal não têm mais qualquer significado.

Como regra geral, o objetivo é que crianças condenadas à prisão na Grã-Bretanha desapareçam no anonimato: cuidadores ou membros da equipe prisional são proibidos de discutir o caso dessas crianças com pessoas de fora ou sequer divulgar sua presença onde quer que estejam. Essa regra excelente nunca funcionou no caso de Mary Bell, embora certamente se aplicasse a ela, porque sua mãe usou cada oportunidade e cada visita que lhe fez por anos para vender histórias sensacionalistas à mídia local, que muitas vezes as vendeu aos veículos nacionais. O resultado foi não apenas que o já difícil encarceramento de Mary se tornou imensuravelmente pior pelo medo dessas indiscrições que tanto a equipe quanto seus colegas detentos sentiam, mas também que os tabloides e as revistas populares, britânicos e estrangeiros, estavam permanentemente de olho nela. Além do interesse óbvio dos jornais sensacionalistas em uma jovem prisioneira notável e excepcionalmente bonita, ela era uma fonte em potencial para uma história expositiva sobre prisões, diretores prisionais e detentos – um banquete para os tabloides. Assim, quando descobriram em 1979 sobre sua transferência para uma prisão aberta e sua designação para um programa de trabalho fora da prisão, organizado minuciosamente como preparação para a libertação de um prisioneiro, teve início uma perseguição midiática que se tornaria um pesadelo para ela e, como vou demonstrar, poderia ter levado a uma tragédia se não fosse a gentileza de autoridades locais e do público britânico. Ao longo dos dezesseis anos seguintes, ela não apenas rejeitou todas as ofertas sobre sua história (a maioria delas chegando a seis dígitos) como também, a cada vez que chegaram perto de encontrá-la, mudou-se repetidamente de endereço ou mesmo para outras áreas do país, em um esforço para proteger o anonimato da família, acima de tudo da filha. Com o apoio constante de agentes de condicional simpáticos ao seu caso e de liminares extraordinariamente fortes contra interferência da mídia expedidas por um oficial do Ministério Público,¹ órgão que detinha a custódia da filha de Mary desde seu nascimento em 1984, cuja proteção funcionou de fato até abril de 1998.

A liminar do tribunal se aplicava não apenas aos tabloides, mas também a mim. E o livro em que Mary e eu concordamos em trabalhar juntas em novembro de 1995 (uma decisão que cabia inteiramente a nós e poderia trazer problemas, os quais foram todos cuidadosamente avaliados) teria sido impossível de levar a cabo sem o conhecimento do Tribunal e da Unidade de Prisão Perpétua do Ministério do Interior. Esse departamento é encarregado da libertação de prisioneiros em licença – sob a lei britânica, prisioneiros libertos que tenham sido condenados por assassinato ou homicídio culposo continuam sujeitos a serem chamados de volta até o fim da vida. Nenhum desses departamentos governamentais estava em posição para proibir Mary de trabalhar em conjunto em um livro: uma vez libertada, ela era em tese alguém sem impedimentos. Porém, do mesmo modo, nem eu nem meus editores britânicos teríamos ido em frente com esse projeto sem um certo grau de segurança de que não havia nenhuma objeção legal. O Ministério do Interior, que já conhecia meu primeiro livro investigativo sobre o tema de levar jovens crianças a julgamento como se fossem adultos, *The case of Mary Bell* [O caso de Mary Bell], publicado em 1972, deixou claro que não estava feliz com a perspectiva, mas não podia fazer nada a respeito. Eles eram responsáveis tanto pelo Departamento de Crianças quanto pelo de Prisões e certamente tinham consciência de que Mary Bell relataria o tratamento recebido das autoridades desde seu encarceramento aos 11 anos de idade, e que era improvável que muito desse relato fosse positivo. Obviamente, eles tinham sido informados sobre os termos do contrato proposto e sabiam que em março de 1996, por insistência minha, Mary receberia parte do adiantamento dos *royalties* que minha editora britânica, Macmillan, havia me oferecido.

Eu sabia que nosso trabalho em conjunto levaria vários meses; Mary e sua família teriam que se mudar, possivelmente muitas vezes, para se manterem seguros, e enquanto durasse nosso trabalho eles teriam que viver em acomodações alugadas para que pudessem se mudar quando fosse necessário. Seria preciso que alguém cuidasse da filha de Mary, então com 11 anos, portanto seu parceiro não poderia trabalhar. E, além dessas considerações financeiras existenciais, como o livro não poderia existir sem a participação dela eu senti que ela

tinha todo o direito de receber uma parcela da recompensa autoral. Legalmente não corríamos riscos, pois, embora o Ato dos Rendimentos de Crimes² da Grã-Bretanha torne ilegal que criminosos lucrem com seus crimes (escrevendo ou colaborando em trabalhos escritos sobre eles), isso se aplica apenas para delitos cometidos nos seis anos anteriores à publicação. Não só esse livro era sobre sua vida inteira e as consequências de sua infância, em vez de seus crimes, como também trinta anos haviam se passado desde aqueles dois dias terríveis, e certamente ninguém – eu pensava, por mais que eu viesse a me provar errada – poderia pensar naquela menina de 11 anos como uma criminosa no sentido mais comum do termo, ou seja, um infanticida adulto como, por exemplo, as duas assassinas britânicas notáveis do nosso tempo, Myra Hindley e Rosemary West, que participaram na tortura e no assassinato de numerosas crianças e adolescentes.

Eu sempre soube, assim como meus editores, que o fato de Mary receber dinheiro seria um ponto complicado, especialmente para as famílias dos garotos mortos. Devido às regras que nos foram impostas, elas não podiam ser avisadas sobre a publicação do livro com mais de um ou dois dias de antecedência sobre o público geral, uma vez que, sem dúvida, a informação que lhes déssemos se tornaria pública. A única condição imposta pelo oficial do Ministério Público era que o assunto do livro fosse guardado em absoluto segredo até muito pouco antes da publicação – dias, nem mesmo semanas – a fim de garantir que o anonimato da criança fosse preservado pelo maior tempo possível. Mesmo sabendo que esse era o certo, estávamos muito preocupados quanto a isso e, embora nada que realmente ajudasse as famílias pudesse ser feito, deixamos tudo arranjado para que elas fossem avisadas da publicação iminente o quanto antes e com a maior gentileza possível. Essa condição também significava que, por quase dois anos e meio, ninguém exceto os principais envolvidos – do lado de Mary seu parceiro, seus advogados, seus agentes de condicional; do meu lado minha família, um conselheiro legal, meus agentes e eventualmente três psiquiatras, dois dos quais estavam fora do país; e os quatro executivos-chefes da Macmillan – sabia o que eu estava escrevendo.

Desde aqueles meses terríveis em 1968, quando os dois garotinhos morreram no intervalo de nove semanas, Mary não machucou um único ser humano. Libertada em 1980 e reabilitada após doze anos de detenção, sete dos quais, a partir dos 16 anos, em uma prisão feminina de segurança máxima, ela viveu uma vida completamente comum desde então. Apesar de viver há muitos anos em um estado de remorso devastador e imperdoável, ela conseguiu manter uma relação longa e estável com um homem carinhoso e criar uma criança excepcionalmente feliz e bem ajustada.

Mas esses aspectos positivos não tiveram nenhum peso com a mídia populista britânica, que se empenhou por anos em uma amarga guerra de circulação. Tanto o *The Observer*, em 19 de abril de 1998, quanto o *The Guardian*, uma semana depois, publicaram artigos com informações jornalisticamente legítimas, ainda que sem credibilidade e apresentadas de maneira um tanto quanto sensacionalista. O *The Observer* revelou o tema até então desconhecido do livro e o *The Guardian* apontou (incorretamente) uma quantia que Mary Bell supostamente teria recebido. O mais incomum foi que nenhum dos jornais apurou a informação nem com a editora, nem com a autora. Um comentário imediato e lamentável do primeiro-ministro, pego visivelmente despreparado por um repórter de TV e, claro, sem saber que estava comentando sobre algo feito por uma criança de 11 anos de idade trinta anos antes (no qual declarou não achar correto que “pessoas” que tinham cometido crimes sérios recebessem dinheiro por uma história sobre seus crimes), foi publicado em manchetes. O mesmo aconteceu um dia depois com uma primeira reação igualmente improvisada (e infelizmente intensificada mais tarde pela pressão contínua dos tabloides) do secretário do interior, Jack Straw.

Isso deu início a uma competição de difamação de Mary Bell em tabloides, com manchetes diárias gritando sobre a “matadora de crianças” e o “monstro cruel” que estava sendo pago “por sua colaboração” na “história de seus crimes”. Depois de o *The Times* adiantar o início da publicação seriada e a editora antecipar a publicação do livro até então não impresso, a maioria dos jornais de qualidade, salvando pelo menos um pouco da honra do jornalismo

britânico, publicou vários artigos defendendo e elogiando a obra. Apesar disso, durante a primeira semana os ataques virulentos a Mary Bell e o debate amargo sobre meus métodos e meus motivos pautaram a discussão. No fim da primeira semana, com minha casa então sitiada pela mídia, faxes e ligações telefônicas começaram a chegar dos meus familiares e amigos nos Estados Unidos, na Suécia, na Áustria e no Reino Unido dizendo que estavam recebendo ligações de Londres perguntando o que eles sabiam sobre Mary Bell e qual era a conexão deles comigo. Foi assim que descobrimos que nossas contas de telefone tinham sido obtidas ilegalmente, ou seja, compradas por tabloides, sem dúvida em um esforço para descobrir o paradeiro de Mary. E em 29 de abril, dez dias após o início do escândalo, eles a encontraram. Às dez e meia daquela noite, dezenas de repórteres e fotógrafos cercaram a pequena casa para onde Mary e sua família haviam se mudado apenas uma semana antes e bateram nas portas daquela rua, perguntando às pessoas, nenhuma das quais tinha sequer conhecido seus novos vizinhos ainda, se elas sabiam que uma assassina havia se mudado para perto delas. Quatro horas depois, com a multidão de jornalistas ainda posicionada e raivosa, a polícia e os agentes de condicional, protegendo Mary e a criança com cobertores, removeram-nas da casa e levaram-nas a um lugar seguro. “O que foi tudo isso, mamãe?”, a menina de 13 anos perguntou no carro, e o agente de condicional disse que agora Mary precisava contar. Então, chorando e à beira de um colapso, ela contou.

“Eu sabia que havia um segredo”, a criança disse. “Mas, mamãe, por que você não me contou? Você era só uma criança, mais nova do que eu sou agora.” E elas se abraçaram.

Ao longo dos anos, desde o nascimento da criança em 1984 – quando, como é costumeiro para os filhos de prisioneiros libertos em licença, foi colocada sob custódia do tribunal –, o Ministério Público emitiu liminares extraordinariamente fortes contra as constantes ameaças da mídia de publicar revelações sobre a vida de Mary Bell. Já em 1987, quando um tabloide estava prestes a divulgar a localização da família, o tribunal decidiu que nada poderia ser publicado por qualquer mídia que interferisse em seu anonimato e sua privacidade. Seguindo o furor, na primavera de 1998, o tribunal emitiu mais uma

liminar, única na história do sistema legal da Grã-Bretanha, proibindo qualquer um de se aproximar, ou de fotografar ou filmar a distância a família, seus amigos, seus vizinhos e os cuidadores da escola da criança; e Mary e a filha receberam alarmes móveis que podiam trazer a polícia para onde elas estivessem em minutos.

Os tabloides – não apenas na Grã-Bretanha, mas também nos Estados Unidos – justificavam o tratamento sensacionalista que davam a assuntos sérios alegando que estavam meramente refletindo os sentimentos e as opiniões dos leitores. Mas, como podemos ver claramente nesse caso, isso não é verdade. A previsão da mídia popular britânica era que a vida da filha de Mary seria arruinada pela maneira como ela descobrisse sobre o passado de sua mãe, e que a própria existência de *Por que crianças matam* e a reação do público ao livro e à família de Mary os levaria a se esconder, longe de onde haviam escolhido viver.

A verdade é muito diferente: a menina, como podemos ver, ficou aliviada por não haver mais segredos. Além disso, aos 13 anos ela entendeu imediatamente que os atos de uma criança pequena, por mais terríveis que tenham sido, devem ser vistos exclusivamente no contexto da infância. Afinal de contas, ela conhecia sua mãe como uma adulta havia 13 anos e sabia a diferença entre aquela criança e essa mulher.

Quanto ao público – que pode ser momentaneamente induzido ao erro por superstições, medo ou até mesmo má informação –, qualquer que seja sua bagagem educacional ou social, em última instância ele gosta de formar sua própria opinião. Ainda mais acertado, porém, é o fato de que seres humanos são essencialmente gentis, uma qualidade da qual Mary e sua família se beneficiaram no último ano, tanto das pessoas responsáveis por cuidar deles – a polícia, o serviço de condicional e a escola da criança – quanto do público. Nem uma palavra de ódio sequer foi dita a nenhum deles por ninguém no local onde eles se estabeleceram e escolheram ficar.

Frente à oferta das autoridades de adotar uma nova identidade e se mudar para qualquer lugar que quisesse no Reino Unido, Mary não hesitou por um minuto. “Não vou deixar ninguém nos expulsar”, ela me disse. “É hora de encararmos a realidade e viver com ela.”

Janeiro de 1999

Introdução

A maioria de vocês que estejam virando esta página pela primeira vez não deve saber o que aconteceu na cidade de Newcastle upon Tyne na primavera de 1968. Vocês podem ter esquecido; talvez fossem jovens demais ou nem tivessem nascido. É possível, ainda, que morassem em outros países, os quais estavam em meio aos seus próprios problemas no final dos anos 1960.

Rapidamente, então: em um período de nove semanas, dois garotinhos, de 3 e 4 anos, foram encontrados mortos. Alguns meses depois, em 1968, duas crianças, ambas meninas, foram a julgamento pelos assassinatos. Norma Bell, de 13 anos, foi absolvida; Mary Bell (elas não são parentes) foi declarada culpada e condenada à prisão perpétua. O caso gerou um alvoroço, o julgamento foi amplamente publicizado, e Mary Bell foi demonizada pelo país inteiro como a “semente ruim”, inerentemente má.

Escrevi outro livro sobre a tragédia que aconteceu em Newcastle³ naquele ano. Em *The Case of Mary Bell* [O caso de Mary Bell], publicado pela primeira vez em 1972, descrevi os principais fatos daquela história baseando-me na investigação da polícia e nos registros das sessões em que compareci do chamado Tribunal Itinerante⁴ de Newcastle ao longo de nove dias. Nesse livro, eu também relatei tudo o que pude descobrir nos dois anos seguintes a partir de depoimentos da família, de amigos e de professores sobre a menina de 11 anos que foi declarada culpada naquele julgamento e sentenciada à prisão perpétua.

Mais de trinta anos depois, esse livro ainda pode ser encontrado em livrarias tanto na Grã-Bretanha quanto em outros países europeus, e está disponível em bibliotecas públicas e universitárias. Para os propósitos deste livro, *The Case of Mary Bell* ainda constitui uma importante fonte de documentação desse caso e, para este novo

trabalho, tomei emprestadas do livro anterior algumas descrições e depoimentos originais indispensáveis para a história. Meu relato ali já refletia fortemente minhas dúvidas sobre um sistema judiciário que expunha crianças pequenas aos desconcertantes processos dos tribunais, planejados para o julgamento de pessoas adultas, e que considerava irrelevantes sua infância e as razões para terem cometido o crime que cometeram. Mas aquele relato também assinalava de maneira clara minha suspeita de que havia elementos da história de Mary Bell que me eram desconhecidos ou que me tinham sido ocultados. No prefácio da nova edição de *The Case of Mary Bell*, publicada pela Editora Pimlico,⁵ em 1995, manifestei a esperança de que um dia Mary Bell e eu pudéssemos conversar. Ao descobrir não a partir de outras pessoas, mas a partir dela mesma o que *aconteceu em* sua infância, assim como o que *foi feito com* sua infância, eu sentia que poderíamos dar um passo no sentido de quais pressões internas ou externas podem levar crianças a ultrapassar um determinado ponto de ruptura para acabar cometendo crimes graves e assassinatos. Além disso, ao conversar com Mary sobre seus doze anos de detenção e sobre sua vida desde que foi libertada, poderíamos descobrir qual é o efeito do encarceramento sobre crianças à medida que elas se tornam adultas e de que forma a maneira como a sociedade lida com elas as prepara para o futuro.

Assim, esperei por dezoito anos para escrever o livro que agora lhes apresento, no qual fala conosco Mary Bell, uma criança excepcionalmente inteligente aos 11 anos, libertada do cárcere, em 1980, aos 23 e agora com 40 anos. Ela nos conta o que fez e o que sentiu, o que fizeram *a* ela e *por* ela, e em quem ela se transformou. Ela descreve os meses que antecederam as duas mortes, sua amizade com a vizinha e também acusada Norma Bell, e a vida de fantasia das duas, que resultaria na trágica morte de duas crianças que mal haviam aprendido a andar. Ela relembra as vozes de todos os homens diplomados que participaram de seu julgamento, os quais falavam de uma maneira incompreensível, o que para ela pareceu durar anos; e revive sua horripilante certeza de que eles a mandariam para a forca.

Ela nos conduz por seus doze anos de encarceramento, tendo passado os primeiros cinco (dos 11 aos 16 anos) em uma unidade de segurança na qual não tinha qualquer assistência psiquiátrica, mas onde encontrou no diretor, um ex-oficial da Marinha, o primeiro adulto decente a quem ela podia respeitar e amar. Observe-se de passagem que, durante a maior parte desse tempo, ela foi a única menina em um grupo de mais ou menos vinte garotos. Aos 16 anos, todavia, a despeito dos apelos de seu tutor, fez-se valer a regra de que jovens condenados, ao completar essa idade, devem cumprir sua pena na prisão. Dessa forma ela foi afastada da segurança afetiva e de uma estrutura educacional à qual estava reagindo bem e mandada para uma prisão feminina de segurança máxima. Recusando-se, por sete anos, a se submeter ao sistema carcerário, rebelando-se e utilizando sexo para manipular o ambiente que a cercava, ela perdeu praticamente tudo o que conquistara nos cinco anos anteriores. Como a maioria dos adolescentes mandados para instituições penais destinadas a adultos, ao ser colocada em liberdade condicional, ela emergiu como uma adulta caótica de 23 anos de idade, emocional e sexualmente confusa.

Mary Bell fala sobre os anos que se passaram desde que saiu da prisão, quando voltou a ficar sob a influência da mãe, a quem sempre esteve ligada por laços de amor e ódio. Em 1984, ela tem uma filha e, com a ajuda de sua agente de condicional, Patricia Royston,⁶ passa a lutar pelo direito de ficar com a guarda da criança. Pela primeira vez na vida, ela sente um amor absoluto e, por meio daquela criança, consegue dar um propósito e uma direção à vida. Mas com seu amor pela filha vem também a terrível compreensão do que ela fez, e essa nova e dolorosa consciência apenas contribui para intensificar sua confusão interior.

Finalmente, volto ao início de sua infância, que, à medida que conversávamos, começava a emergir lentamente de sua mente, que havia bloqueado essas memórias por tanto tempo. Nessa parte do livro, ela fala com dolorosa dificuldade do abuso sexual ao qual foi submetida quando criança – testemunhados e dirigidos por sua mãe. Hesitantemente, ela vasculha a memória durante meses em busca do que aconteceu em sua vida no período que vai dos 8 anos de idade até

a véspera do dia em que completou 11 anos, quando matou Martin Brown. Ela acaba por falar, de forma indecisa e desesperada, sobre aqueles quinze minutos do dia 25 de maio de 1968, ao fim dos quais a criança de 4 anos de idade estava morta, bem como sobre as nove semanas seguintes, que culminariam na morte de uma criança de 3 anos de idade, Brian Howe. Escrevo sobre esses atos apenas na extensão em que eles me parecem necessários.

Há diferentes formas de escrever sobre os acontecimentos. É possível relatá-los, descrevê-los, citar as testemunhas, as vítimas e, às vezes, os heróis. E mesmo que, pelo fato de sermos humanos, não possamos nunca esperar sermos inteiramente objetivos, devemos fazer tudo isso com uma grande dose de imparcialidade. Em um outro nível da narrativa, devemos também comentar esses eventos, avaliar sua importância e, se pudermos, colocá-los no contexto da vida que vivemos, das regras e dos princípios que, por nossa escolha, governam nossa existência.

Sob todos esses ângulos, este livro foi extraordinariamente difícil de ser escrito. Uma coisa é escrever, como fiz em outros livros, sobre homens e mulheres que, parcialmente como consequência de uma infância infeliz, tornaram-se adultos delinquentes. É uma coisa inteiramente diferente escrever sobre uma pessoa que cometeu quando criança não só uma, mas duas vezes a pior das maldades, e que contra todas as expectativas e sem a ajuda de recursos hoje muito difundidos – como terapias pós-trauma e tratamento psiquiátrico – parece ter se tornado uma adulta moralmente consciente.

Ao longo de toda esta jornada, a grande dificuldade foi acreditar nisso tudo. Isso exigiu de minha parte rever e renovar continuamente um gesto de fé quanto à possibilidade da transformação, isto é, quanto à integridade de um adulto que eu sabia que havia sido, em determinado momento, uma criança patologicamente perturbada e, depois, uma adolescente assustadoramente manipuladora. Por diversas vezes, fui tentada a olhar para ela como se fosse duas pessoas: a criança e a adulta. E isso, obviamente, não é verdade: ela é uma pessoa só, tal como todos nós, desde o momento em que nascemos até o momento em que morremos.

Quando enfim me dei conta de que não podia ceder àquela tentação, tive que aceitar o fato de que o mistério inicia-se com a questão de saber o que, consciente ou inconscientemente, pode ser instilado em uma criança por outro ser humano para acabar produzindo ações inteiramente incompatíveis com a bondade intrínseca que o ser humano tem ao nascer. São apenas os pais que podem afetar uma criança dessa forma, ou isso pode ser causado pelo comportamento de outros adultos próximos à vida dela? Uma criança, por exemplo, reagiria de maneira igualmente forte se fosse emocionalmente manipulada ou abusada por adultos encarregados de sua supervisão em orfanatos ou casas de acolhimento? E podemos ainda perguntar: é possível que crianças causem um colapso moral como esse umas nas outras?

Trata-se de uma pergunta que surge não apenas sobre este caso e sobre o caso em Liverpool dos dois garotos de 10 anos que mataram um outro menino, James Bulger, em 1993. Ela também pode ser feita sobre o que ocorreu em março de 1998, em Jonesboro, Arkansas, no momento em que eu terminava este livro, quando dois garotos, com idades respectivas de 11 e 13 anos, cometeram um massacre no pátio de sua escola, matando quatro meninas e uma professora.

O segundo mistério, no caso de Mary, é como uma criança pode reagir de uma forma inteiramente impensável para aquele mesmo ser humano quando adulto. E, portanto, surge a pergunta: o que, na mente humana, no seu espírito, no seu coração, destrói ou paralisa a moralidade e a bondade num primeiro momento e pode mais tarde recriá-las ou reinstalá-las? São questões amplas demais para serem respondidas pelo exame da vida de apenas uma criança. Respondê-las, entretanto, foi e continua sendo minha esperança.

Assim, o livro que apresento a vocês precisa ser lido com todos esses pontos em mente. Durante os dois anos em que trabalhei nele, não houve nem um dia em que as famílias dos dois garotinhos – que agora teriam 34 e 35 anos de idade – não estivessem em meu pensamento. E não houve tampouco um único dia em que não me perguntei se escrever este livro era o certo: para aqueles que o publicariam; para aqueles que o leriam; para Mary Bell, cuja vida, de forma difícil e dolorosa para ela, tentei captar; para as famílias das

crianças que ela matou; e para sua própria família, sobretudo para a sua filha, que é, agora, sua vida.

Não cometo nenhuma indiscrição quando menciono sua filha, pois a mídia, tanto a britânica quanto a estrangeira, que durante anos perseguiu Mary Bell com uma obsessão proporcional ao esforço de Mary para evitá-la, sempre soube de sua existência. Foi para proteger o interesse da criança que ela foi colocada sob a guarda do tribunal quase na hora em que nasceu. Ninguém – inclusive eu, obviamente – pode identificá-la ou escrever qualquer coisa que leve a sua identificação.

Assim, essa criança, a quem Mary ama com cada fibra de seu ser e a quem ela está determinada a dar uma infância feliz, não aparece no livro. Ainda assim, ela é essencialmente sua razão de ser. Espero que o livro mostre o porquê disso.

É muito raro que uma escritora possa guardar uma história por mais da metade de sua vida, e ainda mais raro é que tenha, após trinta anos, a oportunidade de aplicá-la a um propósito maior. Pode parecer à primeira vista que a história em si, como uma crítica à natureza anacrônica do sistema jurídico britânico da segunda metade do século XX, é o propósito do livro. Mas, mesmo que o lamentável fracasso de sucessivos governos britânicos em reformar o sistema judiciário no que tange a crianças seja motivo de uma profunda preocupação para muitos de nós, e mesmo que a história de Mary Bell, com seus diversos elementos trágicos, possa realmente justificar um livro, meu propósito é mais abrangente.

O meu propósito – e não hesito em dizer isso – é o de *usar* Mary e sua história. Os *insights* que conseguimos a partir das recordações de sua infância, de seu julgamento e de sua punição precisam ser usados como contribuição em favor de reformas jurídicas que são tão necessárias na Grã-Bretanha quanto em grande parte da Europa e na maior parte dos Estados Unidos, onde a crescente criminalidade infantil está levando a medidas punitivas cada vez mais rigorosas. Mas ela também deve nos levar a examinar com muito cuidado a natureza da comunicação que mantemos com nossas crianças, tanto no interior da família quanto na sociedade como um todo. Sinto que reside aí a resposta à pergunta do título deste livro, a explicação para as

milhares de crianças desconhecidas que estão em prisões na Europa e nos Estados Unidos por crimes cometidos não em razão daquilo que elas são, mas daquilo que foram levadas a ser por não serem ouvidas quando, em sua infância, elas gritaram por socorro.

Prólogo

Newcastle upon Tyne, 1968

Antes de chegar à essência deste livro, devemos fazer um breve retorno ao passado até o ano 1968, à velha e adorável cidade no norte da Inglaterra, às margens do Rio Tyne, e aos dois garotinhos que morreram.

Hoje, Newcastle é relativamente rica. Há novas indústrias, novas fábricas, novas casas. Acima de tudo, há empregos. Não o bastante para todo mundo, mas infinitamente mais do que havia em 1968, quando a cidade estava decadente, à beira da ruína econômica devido à derrocada das indústrias de mineração e de construção de navios. Newcastle, nessa época, detinha os recordes pouco honrosos de maiores taxas de crimes, mais alto índice de alcoolismo e uma das mais elevadas e consistentes taxas de desemprego, se comparada a qualquer outra cidade britânica. E isso era mais evidente em Scotswood, uma área de aproximadamente 800 metros quadrados que se estendia por uma colina a oeste, a 4,8 quilômetros de distância do centro da cidade, cujas ruas de humildes casas da prefeitura, pelas quais os inquilinos pagavam quase 2,40 libras por semana, eram espremidas em extensos blocos que desciam até o aterro industrial ao longo do Rio Tyne. Cerca de 17 mil pessoas viviam lá e o desemprego atingia mais de cinquenta por cento da população.

Os moradores de Newcastle são e sempre foram um povo amigável, apesar de suas reações explosivas e de seu vocabulário ácido, em momentos de alegria ou de raiva. Eles falam *geordie*, um dialeto que é praticamente incompreensível para forasteiros: *home* [lar], por exemplo, é *hyem*; *my wife* [minha esposa] é *wor lass*; *pretty* [lindo/linda] é *canny*, embora *canny* também possa significar *many* [muitos/muitas], como em *canny few* [muito poucos]. A língua, pode-se deduzir, é mais subjetiva que lógica: quando uma criança acha que

vai ser castigada, ela fala em ser *wrong* [errado] e a palavra *me* [me/mim], como em *he asked me* [ele me perguntou] é sempre substituída por *us* [nós]. Independentemente de quão confuso possa ser o dialeto, porém, a hospitalidade e o riso são inatos e, apesar da rapidez do tapa que segue alguma má-criação, existe muito amor pelas crianças, tal qual havia naqueles tempos ruins do final dos anos 1960.

Em Scotswood, duas grandes ruas – a Whitehouse Road e, abaixo dela, a St. Margaret’s Road – contornam a colina com umas poucas ruelas e curvas entrecortando-as. Quase todos os vizinhos se conheciam e eram muito tolerantes uns com os outros – pelo menos era o que parecia aos estranhos. Havia uma pequena loja ao final da St. Margaret’s Road, conhecida como “Dixon’s” ou “Davy’s”, e, próxima dali, a Escola Woodlands Crescent e seu tanquinho de areia. Ambos desempenhariam um papel importante nos terríveis acontecimentos daquela primavera.

As casas nas duas ruas mais importantes davam vista para as ferrovias, bem como para uma fábrica que pertencia à Vickers Armstrong, um grande aterro chamado pelas crianças que lá brincavam de “Tin Lizzie”. Além dele, via-se a rua principal Scotwood Road, o rio e, a uma curta distância, a cidade.

Como os moradores conheciam uns aos outros e ficavam cientes de imediato da presença de estranhos, as crianças eram muito livres. Mesmo quando muito novas, elas tinham liberdade para brincar na rua, vagar pela vizinhança, aparecer sem avisar na casa de parentes (era comum em Newcastle gerações de uma mesma família conviverem juntas), levar cachorros para passear no pequeno Parque Hodkin; pular no tanque de areia da escola ou comprar batatas fritas, um pirulito ou um picolé na Davy’s.

Apesar das pressões financeiras daquele período e da hostilidade contra as autoridades – que só apareciam para fazer ameaças ou caridade, da qual os habitantes também se ressentiam –, era uma vida amistosa e sociável: um sem-fim de xícaras de chá, bate-papos por cima das cercas ou de janela a janela, um costume quase igual ao do sul da Europa. E na hora das refeições, gritos pelas portas abertas para

que as crianças entrassem eram rapidamente obedecidos: “John, Ian, Kate, Brian, May, Martin – o chá!”.

Em 25 de maio de 1968, Martin Brown tinha 4 anos e 2 meses. Era um garotinho robusto, loiro, com olhos azuis e um rosto arredondado e travesso. Morava em uma casa de dois andares de tijolos vermelhos e quintal, no número 140 da St. Margaret’s Road, com sua mãe, June, que chamava de “mamãe”, seu pai, que chamava de “Georgie”, e sua irmã Linda, de 1 ano, com quem dividia o quarto. A irmã mais velha de June, Rita Finlay, morava com seus cinco filhos numa casa próxima, no número 112. June trabalhava; então, sua mãe tomava conta de Linda durante a semana e Rita ficava com Martin; ele a chamava de “Fita”.

Naquela manhã de sábado, como sempre acontecia nos finais de semana quando seus pais demoravam a se levantar, Martin levou um pouco de leite e um pedaço de pão para a irmãzinha, segurando a xícara com cuidado enquanto Linda mastigava a torrada.

“Ele sempre fazia isso”, June me contou mais tarde. “Eu ouvia quando ele a encorajava: ‘Vamos, Linda, beba seu leite’.” Depois disso, ele vestia o bebê e o entregava para June, antes de tomar seu próprio café da manhã na cozinha.

“Pirulitos eram os favoritos dele”, disse June. “Ele vestiu sua capa de chuva – eu estava lavando louça na cozinha – e ouvi quando ele disse: ‘Estou indo, mamãe. Tchau, Georgie!’. Foi a última vez que eu o vi e o ouvi.”

Inimaginável, não é? Mas foi a última coisa que June Brown viu ou ouviu de seu Martin. Outras pessoas viram-no naquela manhã: ele ficou por algum tempo olhando dois trabalhadores da Companhia Elétrica de Newcastle que desconectavam cabos de tensão de casas abandonadas na St. Margaret’s Road – eles lhe deram um biscoito. Rita o viu quando ele a acordou no final daquela manhã; ele chorou quando ela o mandou embora.

“Minha mãe estava passando quando ele chorava e deu pão com ovo para ele. Eu não me lembro de vê-lo sair – você sabe, não nos preocupávamos em vigiá-los quando eles andavam para lá e para cá – todas as crianças estavam por todos os lados; todo mundo era amigo de Martin.”

Seu pai, Georgie, foi o próximo a vê-lo, quando Martin apareceu logo antes das três da tarde, quando a Dixon's estava abrindo, para comprar um pirulito. O filho de Dixon, Wilson, deu uma bronca nele por estar com os dedos na boca e as mãos imundas quando Wilson lhe entregou o pirulito. Rita o viu mais uma vez quando ele entrou e pediu pão com manteiga. Ela lhe disse que a manteiga era para a hora do chá, mas que tinha margarina.

“Ele estava bravo”, contou-me ela. “Eu não volto mais para sua casa de jeito nenhum. Não vou voltar...” Mas ele não conseguia ficar zangado por muito tempo. ‘Ah, não faz assim, Fita’, ele disse e saiu; essa foi a última vez que o vi.”

Às três e meia da tarde, não mais de vinte minutos após Wilson Dixon ter vendido a ele o pirulito, três garotos que procuravam lenha nas casas abandonadas para construir uma gaiola de pombos encontraram Martin no quarto dos fundos do número 85 da St. Margaret's Road. Ele estava deitado de barriga para cima em meio aos destroços no chão, com os braços estendidos e sangue misturado a saliva saindo de sua boca. Não havia sinais de luta ou queda, sua roupa não estava rasgada nem danificada, não havia ossos quebrados nem ferimentos externos, exceto por um esfolado trivial em seu joelho. Entre os destroços havia vidros vazios de comprimidos, o que fez a polícia pensar brevemente na possibilidade de envenenamento acidental.

Gordon Collinson, um dos trabalhadores da Companhia Elétrica, correu para chamar uma ambulância; John Hall, outro trabalhador, tentou fazer respiração boca a boca. Havia gritaria nas ruas. Rita e June vieram correndo e a ambulância chegou em minutos.

“Eles tentaram reanimá-lo”, contou-me June. “Eu assisti, mas já sabia.” Martin morrera, eles acreditaram durante meses, por causa de um inexplicável acidente. “Tudo o que eu queria”, me disse June, “era deitar e morrer também”.

Noves semanas depois, no dia 31 de julho de 1968, Brian Howe estava com 3 anos e 4 meses de idade. Tinha belos cabelos encaracolados e bem loiros, um rosto branco e rosado, e ainda não tinha saído de sua fase de bebê. Morava no número 64 da Whitehouse Road com seu pai, Eric; seu irmão de 7 anos de idade, Norman; sua

irmã de 14 anos, Pat; seu irmão mais velho, Albert, que estava flertando com uma garota chamada Irene; e sua cadela de pelo preto e branco, Lassie. Sua mãe os havia abandonado quando ele tinha apenas 1 ano e meio, mas, entre Albert e Pat, que cuidava da casa quando não estava na escola, Irene, que frequentemente estava com eles, e Rita Finlay, cujo filho de 3 anos de idade, John, era seu melhor amigo, Brian era bem cuidado.

“Eu amava o pequeno Brian”, disse Rita, “de um jeito diferente de como eu amava nosso Martin, mas o amava. Eu amava Pat também – ela estava sempre por aqui. Eu costumava ir acordá-la quando ia levar John para o maternal; eu levava Brian também...”.

Naquela manhã, entretanto, eram férias escolares e ninguém respondeu quando Rita bateu à porta da casa número 64. “Eu disse para mim mesma: Pat deve ter resolvido ficar na cama até mais tarde. A mulher da creche perguntou onde Brian estava.”

Na hora do almoço, porém, Brian e John tinham se encontrado e saíram para brincar. Quando Rita saiu para procurá-los por volta de uma e meia da tarde, ela os achou sentados no chão, assistindo aos trabalhadores derrubarem uma das velhas casas de St. Margaret’s Road.

“Fiquei fora de mim”, ela me contou. “Gritei com os homens e disse que eles não tinham consideração por deixarem os garotos se sentarem ali onde podiam se machucar. E então bati tão forte nas crianças, uma por uma, que minhas mãos ficaram ardendo. Coloquei John para dormir e dei alguns biscoitos para Brian e disse para ele contar à Pat de suas idas às casas velhas, mas que não era para ela bater nele porque eu já tinha batido nos dois. Foi quando o vi pela última vez.”

Não sabemos se Brian foi para casa, porque Pat, sabendo que Irene estava lá, decidiu ir com amigas até a cidade. Quando voltou, às 3h20 da tarde, e perguntou por Brian, Irene disse que ele estava “brincando lá fora, nos fundos” e de fato algumas crianças disseram mais tarde que o tinham visto brincando aqui e ali no começo da manhã com seu irmão Norman e duas garotinhas de bicicleta que todos conheciam. Lassie, todos eles disseram, estava com ele. Ninguém estava preocupado. Todas as crianças estavam sempre por toda parte e, de

qualquer maneira, Lassie estava com ele. Somente às 5 horas da tarde, quando Pat havia preparado o chá, que ela saiu para a rua, gritando pelo nome de Brian.

Mary Bell, que tinha 11 anos, a mais velha de quatro crianças, morava com seu pai, Billy, e sua mãe, Betty, no número 70 da Whitehouse Road, e estava sentada na porta da casa de número 66, conversando com Maxine Savage. Era com a irmã mais nova de Maxine, Margaret, que Pat Howe tinha saído naquele dia. Pat perguntou a May – era assim que todos chamavam Mary – se ela tinha visto Brian. Ela disse que não, mas que iria com Pat procurar por ele. Norma Bell, a melhor amiga de Mary, que vivia com os pais e mais dez irmãos no número 68, também saiu para caminhar por algum tempo.

Elas procuraram por Brian na Davy's, um chamariz para todas as crianças, e depois desceram a colina até o estacionamento da Vickers Armstrong, outra grande atração. Então, subiram de volta até a ponte da ferrovia, de onde podiam ver toda a região de Tin Lizzie, mas não viram criança alguma. Mary Bell sugeriu que Brian poderia estar brincando atrás dos “blocos” (enormes placas de concreto) lá embaixo, ou entre eles, mas Norma, que conhecia muito Brian porque frequentemente ficava como babá de John para Rita, disse: “Ah, não, ele nunca vai lá”, e Pat também achou que ele não iria, não sozinho. Pat decidiu que dariam mais uma olhada no Parque Hodkin e ao longo das ruas e, se não o encontrassem até as 7 horas da noite, ela chamaria a polícia.

Usando holofotes de busca, a polícia encontrou Brian às 11h10 daquela noite.

“Nós todos procuramos por ele durante horas”, Rita me contou. “Centenas de nós, ao que parecia, até escurecer. Estava muito quente naquela noite. Acho que todo mundo ainda estava acordado quando ouvimos os carros da polícia correndo com todas as sirenes ligadas. As pessoas gritavam umas às outras de dentro das casas... Eu não sei quem soube primeiro – veio de rua em rua e de casa em casa.”

Mary Bell, que tinha sono leve, desceu as escadas às 11h30 e foi para junto de seu pai, que estava em pé, à porta, olhando a comoção na rua.

“Então, o que está acontecendo?”, ela perguntou.

“Eles encontraram Brian Howe”, respondeu Billy Bell, “lá em Tin Lizzie”.

“Ah”, disse Mary.

Brian estava deitado no chão entre duas placas de concreto em Tin Lizzie. Seu braço esquerdo se estendia para fora do corpo e a mão estava escura de sujeira. Deixada na grama próximo a ele estava uma tesoura com uma lâmina quebrada e a outra entortada para trás. Seu corpo, todo vestido e aparentemente sem ferimentos, estava coberto com um tapete de grama alta e ervas daninhas de cor púrpura, que cresciam por toda parte em Tin Lizzie. Havia, contudo, arranhões em seu rosto, traços de bolhas de saliva manchadas de sangue em sua boca, seus lábios estavam azuis e havia marcas de pressão e arranhões em ambos os lados de seu pescoço, o que afastara a possibilidade de acidente. Mais tarde, outros pequenos e inexplicáveis ferimentos seriam descobertos. Ele estava morto.

É estranho como as famílias dessas crianças que mal começaram a andar – talvez uma reação inconsciente de autoproteção – lembraram-se delas mais tarde como sendo muito maduras.

“Um monte de gente adorava Martin”, June disse muito tempo depois. “Ele era aquele tipo de garoto com quem adultos podiam conversar”.

“Eu sinto falta dele”, disse Eric Howe sobre o pequeno Brian. “Eu sinto tanta falta dele. Ele era minha vida. Era apenas um moleque, mas costumávamos conversar, você sabe, conversar de verdade. Eu não penso em nada a não ser nele. Isso nos destruiu”, ele disse, com lágrimas escorrendo pelo rosto. “Já não somos mais uma família.”

“Nós conversamos...”, disse Pat, com o rosto enrijecido. À época, ela tinha 16 anos, era casada e tinha um filho bebê; mas a maior casa de uma rua agradável, para onde a prefeitura os realocou, não exibia nenhuma cor, era quase estéril em sua tristeza. “Mas nós não dizemos nada.”

Ao escrever sobre seres humanos cujos atos trouxeram destruição à vida de outros, não se pode jamais esquecer a dor que eles causaram e a amargura que, inevitavelmente, permanece junto àqueles que foram feridos, não importando há quanto tempo isso tenha acontecido. Ao escrever sobre tais tragédias em busca de explicações

para esses fatos e para as deficiências do sistema que contribuíram para elas, autores estão sujeitos a se esquecerem, por sua conta e risco, de que existem feridas que nunca se curam. Essa possibilidade paira como uma enorme nuvem em uma empreitada como essa. Nenhuma palavra que Mary Bell tenha dito para mim, nenhuma palavra que eu tenha escrito, pode ser interpretada como uma desculpa para o que ela fez.

O norte da Inglaterra

A primeira vez que vi Mary Bell foi no dia 5 de dezembro de 1968, no Moot Hall, em Newcastle, onde aconteciam os tribunais itinerantes. Ela, então com 11 anos, e sua amiga Norma Bell, dois anos mais velha, eram acusadas do assassinato de dois garotinhos. Mary era pequena naquela época – bem menor que a garota mais velha – e era, de fato, excepcionalmente bonita, com cabelos curtos e escuros e olhos de um azul intenso. Eu voltei a vê-la diversas vezes nos anos seguintes enquanto ela ainda era criança. A última vez foi quando tinha 13 anos, no verão de 1970, dois anos após o início de sua detenção.

Vinte e cinco anos e meio depois, em novembro de 1995, quando sentamos em uma pequena sala no norte da Inglaterra para discutir a viabilidade deste livro, ela me disse que se lembrava da última ocasião – não por minha causa, mas porque a mãe dela tinha ficado zangada ao vê-la conversando comigo. “Muito zangada”, ela disse.

Ela estava muito nervosa naquele dia. Suas mãos estavam geladas e um tanto úmidas; havia suor em seu rosto e sua voz estava não rouca, mas áspera. Ela era esbelta, como pensei que seria, e estava vestida de maneira inadequada para a época do ano: usava algo bege, com enfeites e desenhos de flores coloridas, meias de lã escura até o joelho e sapatos barulhentos (“Compro tudo em brechó”, ela disse quase de imediato). E seu longo cabelo era encaracolado, brilhante e cheirava a xampu. De fato, ela toda cheirava não a perfume, mas a algo como um sabonete delicado. Conforme eu notaria com frequência mais tarde, e também como me confirmaram todas as pessoas sob cujos cuidados ela ficara ao longo dos anos, ela toma banhos constantes e é muito asseada. Coloquei meus braços ao redor dela e a abracei por um momento, num gesto inteiramente impulsivo, não

porque fosse esperado ou mesmo adequado, mas porque de repente eu tive vontade de fazê-lo.

Ela tinha sido parte de minha memória por tanto tempo, e a razão de nosso encontro, agora, era tão complexa; as motivações dela, tão embaralhadas e meus sentimentos acerca da ética deste projeto, tão ambivalentes, que a tensão dentro do pequeno escritório cedido a nós por sua agente de condicional, Pat Royston, era tangível, quase elétrica.

É claro que na época de seu julgamento, em 1968, eu não podia falar com Mary, bem como – agora eu sei – ela não era capaz de “enxergar” qualquer pessoa, traumatizada pelos eventos e pelo julgamento formal.

“Foi como um borrão”, ela diria mais tarde. “Como um redemoinho... Eu não entendia um monte de palavras... Alguém me disse: ‘Este é o júri’. E eu perguntei: ‘O que é isso?’, e eles disseram: ‘São as pessoas que decidem o que vai acontecer com você’. Eu disse: ‘Como?’, e eles mandaram eu me calar. Disseram que o juiz era o homem com manto vermelho, sentado na cadeirona, e que era o homem mais importante, então eu sempre me virava para ele para responder quando alguém me perguntava alguma coisa. Então, meu advogado disse que aquilo era grosseiro e que eu deveria olhar diretamente na cara das pessoas que me faziam perguntas – que eu tinha que tentar conseguir ‘passar uma boa impressão’. E minha mãe, que estava sentada atrás de mim, ficava chiando ‘Trate de ficar quieta’ toda vez que eu me mexia. E me dava um tapa com a mão aberta atrás da cabeça ou no meio das costas cada vez que eu me mexia de novo. Doía, mas eu não conseguia não me mexer.” De repente, ela sorriu para mim, interrompendo seu fluxo de palavras: “Meu bumbum estava cansado”.

Isso era uma das coisas que eu viria perceber durante os meses em que conversamos: em seu vocabulário e em seu tom de voz, ela soa inteiramente como uma criança ao falar de sua infância – discursivamente, às vezes, como fazem crianças imaginativas, mas com mais frequência de maneira inteligente; às vezes com humor, mas com mais frequência em desespero. A razão para isso, eu viria a entender, não se trata de uma reação ao ato de vasculhar sua

memória, nem é de modo algum atuação ou fingimento (nem se trata, eu me apresso em dizer, de um sintoma de um transtorno dissociativo de identidade – “personalidade múltipla” –, conforme alguns psiquiatras especularam). É, creio eu, porque se trata de alguém que não teve infância e que fala como a criança que nunca foi, mas que dentro de si ainda é ou precisa ser. Seu “ser criança” – não uma infantilidade –, enfim, vem a ser menos surpreendente que aquelas vezes em que ela age exatamente como o que é: uma adulta madura em profundo conflito consigo mesma.

Após o julgamento, ao final do qual Norma foi inocentada e Mary, declarada culpada de homicídio culposo – devido à atenuação de responsabilidade – e condenada à prisão perpétua, eu tinha passado meses em Newcastle investigando os antecedentes do julgamento e as consequências futuras do caso dela. E, com a ajuda de algumas pessoas de sua família, buscava traçar, tanto quanto elas estavam dispostas ou eram capazes de me auxiliar, os eventos passados de sua infância – os primeiros dez anos com sua mãe, Betty Bell.

Mary nasceu no dia 26 de maio de 1957, quando Betty McC. tinha 17 anos. Dez meses depois, em março de 1958, Betty, então grávida de dois meses de seu segundo filho, casou-se com Billy Bell, de 21 anos de idade, que ela havia conhecido alguns meses antes. Em setembro de 1966, quando Billy e Betty Bell já tinham três filhos juntos, o nascimento de Mary foi registrado de novo, com o nome de Billy Bell. Esse é um procedimento de certa forma raro que pode substituir a adoção formal e que fornece à criança uma certidão de nascimento com o nome do marido da mãe, cancelando-se a certidão original, na qual o nome do pai estava em branco.

“Tirem essa coisa de perto de mim!”, Betty Bell tinha gritado quando tentaram colocar o bebê recém-nascido em seus braços. E de acordo com o que eu descobriria durante meus meses de pesquisa em 1969 e 1970, foi isso que Betty gritou silenciosamente repetidas vezes desde então, audível o bastante, porém, a qualquer um que soubesse escutar.

Eu não tinha como saber à época do julgamento o que os parentes de Mary (seus tios e tias, seu “pai”, Billy Bell, e sua frágil avó, a Sra. McC⁷), todos aterrorizados e desnorteados pela tragédia, se

esforçariam para me contar muito depois sobre a rejeição que Betty tinha por Mary. Mas o que descobri foi que, nos primeiros quatro anos da vida de Mary, sua mãe havia tentado repetidamente se livrar daquela criança indesejada. Por diversas vezes, tentou dá-la a parentes e, por duas vezes, até mesmo a estranhos. Por quatro vezes, tentou matá-la. Em três ocasiões, sua irmã mais velha, Cath, e Jack, o marido dela, ficaram tão preocupados que pediram para adotá-la ou, pelo menos, para ter permissão de cuidar da jovem até que terminasse a escola. O que eu não sabia até que Mary, com enorme dificuldade, me contou no ano anterior era que quando ela tinha entre 4 e 8 anos de idade sua mãe, que trabalhava então como prostituta, submeteu-a a um dos piores casos de abuso sexual infantil com que já me deparei. O irmão de Mary, um ano e meio mais jovem, teria sido muito novo para entender e falar disso, e estou certa de que nenhum dos parentes estava ciente dessa parte do início da vida de Mary. Antes de conversar comigo, eles nunca haviam falado a ninguém sobre Betty – e, pelo que sei, nunca mais falaram de novo.

Em 1968, nem o Serviço Social de Newcastle, nem as autoridades de educação e saúde, nem a polícia, nem – o que é mais importante – qualquer um dos psiquiatras que examinaram a garota de 11 anos antes do julgamento (portanto, ninguém no tribunal) sabiam absolutamente nada sobre a infância de Mary. Essa ignorância quase total sobre os traumas que ela sofreu deixou um grande ponto de interrogação em minha cabeça sobre opinião de dois psiquiatras designados pelo tribunal, mesmo antes de eu saber a totalidade dos problemas dela. Eles, sem dúvida na falta de uma explicação melhor, rotularam-na com aquele diagnóstico versátil (considerado altamente questionável pela maioria dos especialistas quando aplicado a crianças) de “psicopata”.

Assim rotulada, o promotor descreveria Mary como “perversa”, “cruel”, “aterrorizante”; até mesmo o juiz deixaria a palavra “maléfica” escapar em um de seus discursos. Era de se surpreender que a mídia – respondendo ao tom estabelecido pelo tribunal e ao medo e clamor públicos, mais do que os criando – chamasse Mary de “aberração da natureza”, “nascida do mal” e (sem dúvida, em

referência ao livro e ao filme popular nos anos 1950) “semente ruim”?

8

Mas eu não conseguia acreditar naquilo: tornou-se claro para mim, mesmo em meu primeiro ano de pesquisa, que de uma maneira ou de outra a patologia da mãe de Mary tinha que ter sido a causa de seu desequilíbrio mental muito antes de ela matar os dois garotos, e essa convicção permeou todos os meus escritos sobre ela e sobre o caso. Dois longos artigos no *Daily Telegraph Magazine* em dezembro de 1969 foram seguidos, dois anos mais tarde, por meu livro *The Case of Mary Bell*, que trazia a investigação da polícia sobre o caso, transcrições *ipsis litteris* de partes do julgamento e tudo o que me foi permitido revelar sobre os primeiros anos da detenção de Mary. Dado que o objeto de ambos os artigos e do livro era uma criança, e que seus familiares estavam vivos, esses escritos foram, é claro, submetidos a muitas limitações legais. Mas os artigos e o livro abririam muitas portas para mim, permitindo-me acompanhar a vida de Mary e, quando parecia útil, comentar sobre ela ao longo dos doze anos em que ficou detida.

O caso de Mary e sua vida desde a libertação têm despertado um grande – e, para ela, perturbador – interesse midiático. Não posso culpar meus colegas da mídia, dado o quanto eu mesma tenho tido interesse por ela nesses trinta anos. Ela era e é excepcional, com uma vida excepcional e dons excepcionais de expressão. Nunca escrevi sobre ela após sua libertação e nunca repassei informações que tinha sobre seu paradeiro e suas circunstâncias, nem para colegas e nem mesmo para amigos. Achei que ela precisaria de anos de readaptação e senti que ela deveria ter a possibilidade de viver no anonimato por muito tempo. Mas eu também acreditei por muitos anos que, se alguém pudesse ajudar-nos algum dia a entender, primeiro, o que leva uma criança a cometer assassinato e, depois, o que precisa ou pode ser feito com tal criança ou em prol dela, então, com aquela sua curiosa inteligência que presumi fosse perdurar, essa pessoa seria Mary. Sempre pensei que chegaria o dia em que ela mesma, sem pressão externa, desejaria contar sua história.

Isso começou a acontecer, de modo bem inusitado, no outono de 1995, em Londres, na noite da festa de lançamento de meu livro sobre Albert Speer, quando Hilary Rubinstein, que tinha sido meu agente literário para *The Case of Mary Bell*, perguntou-me discretamente se eu ainda estaria interessada em escrever sobre Mary. Na manhã seguinte, ele me disse que a mãe de Mary havia morrido no último janeiro e que esse poderia ser o momento para ela encontrar uma maneira de contar sua história.

Desde sua libertação em 1980, ela tinha recebido inúmeras ofertas de enormes somas em dinheiro por sua história, tanto de revistas britânicas quanto estrangeiras (a revista alemã *Stern* ofereceu aproximadamente 250 mil libras), todas as quais ela recusou. Rubinstein havia sido contratado para representar os interesses dela pela primeira vez em 1983, quando aquele que era então seu companheiro e que via para si um futuro cheio de ouro tinha persuadido Mary a tentar escrever ela mesma sobre sua vida. Mas, apesar de ter um distinto dom para as palavras e de ter produzido um rascunho de cem páginas, o qual uma editora pensou que poderia ser transformado em livro com a ajuda de um profissional. O projeto foi abandonado porque não se chegou a um acordo sobre as condições.

Rubinstein acreditava que Mary se sentia diferente agora. Antes de encontrá-la de novo, ele havia conversado por muito tempo com sua agente de condicional e seu advogado, que juntos, ele disse, haviam feito com que Mary se recuperasse de muitas reviravoltas, ajudando-a a se libertar daquele primeiro relacionamento e protegendo-a da mídia nos quatorze anos anteriores. Ele havia lhes sugerido e, mais tarde, à própria Mary que, se o que ela estava pensando por ora era um livro sério, então ela deveria se encontrar comigo. Após alguma persuasão, ela concordou em fazer isso.

“Ela é extraordinariamente desconfiada, particularmente em relação a você, por mais estranho que isso possa parecer.” Eu não achava aquilo estranho. Ninguém havia exposto Mary e, é claro, sua mãe tanto quanto eu. Algo que me surpreendia era sua disposição agora, depois de relativamente pouco tempo desde a morte da mãe dela, se encontrar comigo.

“Para minha mãe, você era o diabo, sabe”, Mary disse quase no instante em que nos sentamos naquela pequena sala, no escritório da agente de condicional. “Ela disse que você tinha escrito aquele livro cheio de mentiras; que você saiu revirando latas de lixo para achar os podres das pessoas; que você tinha interpelado meu primo de 5 anos, filho de minha tia Cath, para saber informações sobre ela; que você a chamou de prostituta. Ela disse que foi a todas as livrarias de Newcastle e virou seu livro de costas para que as pessoas não olhassem para ele. Ah, eu acho que ela odiou você até o dia em que morreu. E, bem, eu era só uma criança, não era? Então por anos eu acreditei nela.”

Eu perguntei sobre quando sua mãe havia lhe prevenido contra mim pela primeira vez.

“Ah, eu lembro muito bem”, ela disse. “Foi muito antes de me falar sobre o livro. Foi no inquérito... Sabe... Sobre aquele tutor. Lembra? Você apareceu para conversar comigo.”

Na verdade, havíamos nos encontrado cara a cara duas vezes antes do dia mencionado por Mary, mas ela havia esquecido. No início de 1970, pouco depois de o *Daily Telegraph Magazine* ter publicado meus artigos e novamente quando eu havia começado a trabalhar no livro alguns meses mais tarde, o Ministério do Interior⁹ permitiu que eu fosse a Red Bank – a unidade especial para onde Mary havia sido mandada depois de ser condenada – para vê-la e conhecer a equipe da unidade. Em ambas as vezes, eu conversei brevemente com ela, tendo aquelas conversas que se tem com crianças, sobre seus desenhos, sobre o que ela escrevia, sobre quais esportes mais gostava (natação).

Ela tinha chegado a Red Bank havia dezesseis meses quando, em junho de 1970, com apenas 13 anos, acusou um tutor de molestá-la sexualmente. O inquérito a que ela agora se referia fora realizado para determinar se havia um caso a ser investigado. Eu havia dado uma saída para conversar com ela sobre isso durante um intervalo – conversamos sobre uma jovem professora de quem ela gostava, segundo me disse – não porque eu quisesse saber sobre qualquer coisa (isso seria impensável), mas porque, de forma incompreensível, ela havia sido deixada sozinha, sentada, e parecia perdida. Escreverei mais à frente sobre o episódio do tutor, mas em 1995, quando nos

encontramos novamente, fiquei surpresa de saber que ela conseguia se lembrar daquele breve encontro. Ela me contou, na verdade, que havia se lembrado disso só após a libertação, ao ver uma fotografia minha na orelha do meu livro.

“Naquele dia, eu não tinha ideia de quem era você”, ela disse. “Mas minha mãe estava lá e viu você conversar comigo. Ela correu e gritou comigo, dizendo que era para eu nunca, *nunca* falar com você. Ela estava sempre furiosa, mas daquela vez ela estava... Simplesmente enlouquecida. Eu fiquei tão assustada.”

Mary falou bastante sobre a mãe nas horas seguintes, sem dizer qualquer coisa real sobre ela. A mãe era como uma sombra, surgindo ou desaparecendo do fundo de sua memória: uma figura à qual ela se referia repetidas vezes como “esperta”, mas com a mesma frequência de “doente” e “triste”; ela aparecia continuamente nesse relato sem se tornar, mesmo que por alguns instantes, uma *pessoa*. Ia e vinha em meio à torrente de palavras que jorrava de Mary, como se aquele fosse – e como se tivesse que ser – o momento em que ela me contaria tudo: sobre Red Bank, onde ela ficou por cinco anos, e sobre o tutor de lá, o Sr. Dixon, que instilou nela uma primeira, ainda que pálida, noção da diferença entre certo e errado.

“Não dava para *não* entender aquilo com o Sr. Dixon como tutor. Eu o amava”, ela disse. “Vou amá-lo até eu morrer.” Ela falava sem parar sobre o Sr. Dixon e também sobre seus anos de rebeldia na prisão: “Eu não ia me entregar. Eu não ia me tornar uma criatura deles. Eu não iria me deixar ser institucionalizada”.

Então, ela aprendeu sobre jogos de poder e corrupção durante aqueles anos, praticamente incontrolável para a equipe da prisão; utilizou-se do sexo (com colegas detentas) e de seus dotes de manipulação (junto às colegas e à equipe) em suas tentativas de dominar o ambiente que a cercava. Mary falou sobre sua vida depois da libertação e sobre sua filha: repetidas vezes sobre a filha, mas nunca, sequer uma palavra, sobre sua própria infância.

Finalmente perguntei se ela havia lido *The Case of Mary Bell* (que tanto traz sobre sua infância). Em 1981, ela disse, um ano depois de sua libertação e vivendo agora com um nome diferente, ela disse que havia se inscrito para cursos em uma faculdade em West

Yorkshire – à qual ela se refere como “uni” [de “universidade”] – e foi na biblioteca de lá que uma aluna conhecida, passando com um livro, havia lhe perguntado se já o tinha lido. “É tão triste”, a garota tinha dito, “tão triste o que eles fizeram com aquela garotinha Mary Bell”.

Depois disso, Mary havia lido “não ele todo, apenas partes”, ela disse.

“Não era nem um pouco como minha mãe tinha dito. Eu não conseguia acreditar que havia alguém que sentia compaixão por mim. Minha mãe sempre falava que ninguém tinha, ninguém poderia ter, porque eu era muito má... Um motivo de vergonha na vida dela. Quando fui solta, ela disse que não era para eu falar com ninguém que ela era minha mãe, que não poderia viver com essa vergonha, e me apresentava para as suas companheiras, nos *pubs*, como irmã dela, e outras vezes como prima dela.” Agora, Mary queria falar sobre aquilo tudo, mas, mais ainda, queria ajudar a pensar sobre aquilo tudo: chamava isso de “colocar as coisas em seus devidos lugares”.

Eu perguntei o que precisava ser colocado no seu devido lugar. Ela estava alegando ter sido injustamente condenada? Ela balançou a cabeça em negativa.

“Não é isso”, disse, visivelmente incapaz de se aprofundar no assunto naquele momento. Já haviam se passado quase cinco horas. Tínhamos almoçado sanduíches e tomado infinitas xícaras de café e chá; ela parecia pálida e muito cansada.

“Não foi assim tão... Simples”, ela disse. “Quero falar sobre como aconteceu... Como aquilo foi feito... E... E... Você sabe, passar pelas recordações daquilo, por mim mesma. Como aquilo aconteceu? Como eu me tornei aquela criança?”

Ela estava ciente, eu perguntei, que tal livro estava fadado a ser polêmico? Que as pessoas certamente pensariam que ela estava fazendo aquilo por dinheiro? Que nós duas seríamos acusadas de insensibilidade em relação às famílias das duas pequenas vítimas por trazer a lastimável tragédia de volta aos holofotes e, quase inevitavelmente, de sensacionalismo, por causa do material do livro? Acima de tudo, ela entendia que os leitores não aceitariam quaisquer sugestões de uma possível atenuação de seus crimes? E ela havia

confrontado a realidade de que, se colaborasse com tal livro, seria exposta a novos massacres da mídia, caso eles a encontrassem?

Nos meses que viriam, sua habilidade de ponderar por longos momentos sobre perguntas feitas a ela se tornaria muito familiar. Em tais ocasiões, ela se sentava imóvel, as mãos levemente entrelaçadas, quase em posição de meditação, com uma curiosa aparência de introspecção em seu rosto. Eu nunca me cansava de observar esse esforço de concentração, essa manifesta busca dentro dela mesma não por uma resposta “adequada”, como se poderia suspeitar – e eu suspeitei naquele primeiro dia –, e sim por algo que fosse importante tanto para ela quanto para mim.

Foi a pergunta sobre as famílias de Martin Brown e Brian Howe que ela respondeu primeiro. Ela os havia feito sofrer tanto, disse, que não queria fazê-los sofrer mais... E, de repente, ela estava chorando.

“Mas... Mas... Há coisas que eles não sabem... Não vai mudar nada para eles, eu sei, mas ainda assim...”

“Que tipo de coisas?”, perguntei.

“Ah, não sei. Apenas coisas...” Era óbvio que ajudá-la a organizar seus pensamentos e trazer à tona o que quer que ela queria dizer demandaria, como eu sempre suspeitei, um ambiente adequado, conversas cuidadosamente estruturadas e, sobretudo, tempo.

O contínuo interesse da mídia, ela disse pouco depois, era uma das principais razões pela qual havia se decidido. Ela pensava que ao me contar toda a sua história, respondendo a todas as minhas perguntas da forma mais honesta possível, talvez eles a deixassem em paz. “Afim”, ela sorriu com o canto da boca, “quando você tiver terminado seu interrogatório comigo, não vai sobrar muito para os outros perguntarem, vai?”.

Eu tentei dissuadi-la desse otimismo. Os jornais, falei para ela, particularmente aqueles que a haviam perseguido por tanto tempo, eram um meio muito diferente de um livro, com um público diferente, e repórteres sempre achariam perguntas a fazer. E o dinheiro que eu mesma proporia que ela recebesse se decidisse ir em frente (com a esperança de que fosse depositado em benefício de sua filha) – porque eu pensava que isso era correto, já que sem Mary o livro não poderia ser escrito – seria um verdadeiro problema moral, não apenas para a

mídia, mas também para as famílias dos garotos mortos e para muitas pessoas sensíveis.

Discutir sobre dinheiro seria sempre difícil para ela. Apesar de o querer desesperadamente para mudar o estilo de vida instável da família, Mary estava ciente das possíveis objeções morais; e ao falar no assunto, sua voz era tensa, como se repetisse argumentos que não eram seus, parecendo excepcionalmente defensiva, teimosa e não totalmente sincera.

Ela e seu companheiro, também seu principal apoio emocional há onze anos, tinham vivido uma vida de mera subsistência por longos períodos. Sendo Mary uma prisioneira notória em liberdade condicional e caçada pela mídia, eles raramente conseguiam manter empregos por qualquer duração de tempo e, com frequência, recorriam a viver às custas do Estado – exceto por um período de vários anos quando, vivendo no próspero sul da Inglaterra, ambos haviam tido empregos regulares. O parceiro de Mary ficou longas temporadas sem trabalhar e a própria Mary, que teve muitos empregos desde sua libertação, precisou desistir de todos eles após alguns meses ou até mesmo semanas, seja porque o Serviço de Liberdade Condicional considerava o emprego inadequado para ela, seja porque tinha sido reconhecida ou estava com medo de ser.

Seu companheiro, Jim, é um homem interessante. Quando eu o conheci, me senti um tanto irritada com sua filosofia esotérica e *new age*. Mas há outros aspectos da personalidade dele que são admiráveis, como sua total rejeição a qualquer tipo de racismo, sua oposição a drogas pesadas e álcool, e sua profunda crença na tolerância e nos valores familiares. Acima de tudo, é preciso reconhecer sua lealdade a Mary, com cujos profundos sentimentos de culpa, carência e falta de autoconfiança é irrefutavelmente difícil de conviver. Ele também é, como fiquei sabendo por aqueles que o conhecem, um excelente pai.

Porém, havia desde o começo uma diferença radical entre eles nas atitudes com relação ao dinheiro que ela receberia. Ele sentia, e me dizia sempre, que a despeito dos crimes que havia cometido quando criança ela era agora, e tinha sido durante anos, uma “pessoa bem diferente”. Dado o que ela havia sofrido nas mãos desse “sistema

capenga” que, ele alegava, estava estagnado na idade da pedra em seu entendimento sobre crianças, qualquer dinheiro que Mary pudesse vir a ganhar não seria nem presente, nem caridade: Jim achava que ela o “merecia”; Mary não sentia o mesmo (nem eu, é claro). E durante muito tempo ele reagiu com ceticismo quando uma de nós tentava explicar que as prioridades para o projeto do livro nada tinham a ver com dinheiro. “Parem com essa bobagem”, essa era sua reação automática, uma atitude à qual, eu percebi, Mary estaria exposta – e contra a qual teria que brigar – durante quase o projeto inteiro. Com o passar do tempo, porém, Jim veio a compreender por completo a verdadeira importância dessa empreitada. Além disso, nos dois anos desde que Mary e eu iniciamos o projeto, ele se estabilizou em um emprego satisfatório e seguro, e está agora sustentando a família.

Quando conversamos naquela primeira ocasião, o que ela disse sobre dinheiro me pareceu razoável. “Não vou dizer que não quero dinheiro”, ela disse. “Isso seria desonestidade: todo mundo quer dinheiro. Mas o que eu mais quero é uma vida normal. Quero sair da rotina da assistência social e trabalhar naquilo que gosto. Quero criar raízes e proporcionar uma vida normal, estável, para a minha filha”, repetia.

Muito mais do que dinheiro, Mary disse, ela começara a sentir que precisava falar... Sobre o que havia feito, sim, mas também (ela balançou a cabeça devagar, um outro gesto, de susto e de desespero, que se tornaria familiar para mim) sobre o que tinha acontecido com ela. Quando eu sugeri, e eu repetiria essa sugestão muitas vezes ao longo dos meses seguintes, que um psiquiatra pudesse ser uma solução melhor do que conversar comigo para um livro, fiquei surpresa com a veemência de sua reação.

“Não”, ela disse. “Não. Eu não vou conversar com psiquiatras, não vou. Não vou. *Nunca.*” A voz dela tinha se tornado quase estridente devido à tensão. “Se você não quer fazer isso, eu vou encontrar outra pessoa.” Ela se levantou de um jeito brusco. “Vou fumar um cigarro”, Mary disse e saiu.

No início daquela manhã, eu havia conversado por um longo tempo com Pat Royston. Surpreendentemente, ela foi a favor do projeto do livro desde o início. Dado que suas próprias experiências